

## CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS/MG

### DECISÃO DOS RECURSOS (INFRARRELACIONADOS)

#### I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao provimento de vagas para cargos de Nível Superior, Médio e Fundamental Completo do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Arcos, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no EDITAL Nº 01, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019.

#### RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
977000681	Rique Braher Lopes Soares	Advogado da Mesa Diretora
977001044	Bruna Felix Moreira Franco	Advogado da Mesa Diretora
977001089	Noemi Pereira Pinheiro	Advogado da Mesa Diretora
977001108	Guilherme Maia De Miranda	Advogado da Mesa Diretora
977001309	Bruno Cavalcanti Leite	Advogado da Mesa Diretora
977001724	Vinicius Caboatan Dos Santos	Advogado da Mesa Diretora
977001787	André Luís Mendes Evangelista	Advogado da Mesa Diretora
977001930	Daniel Batista Mariano	Advogado da Mesa Diretora
977001938	Lucas Eduardo Dias Silva	Advogado da Mesa Diretora
977001145	Jaqueline Luisa Garcia De Paula	Assistente de Comunicação
977001515	Gustavo Henrique Costa Melo	Assistente de Comunicação
977001879	Gáudio Luiz Freddi Bassoli	Assistente de Comunicação
977000050	Samantha Tamara Silva	Auxiliar de Contabilidade
977000265	Priscilla Nogueira Castro	Auxiliar de Contabilidade
977000444	Fabiano Gonçalves Da Rocha	Auxiliar de Contabilidade
977000482	Thales Torres Leal	Auxiliar de Contabilidade
977000537	Isac Silva Rabelo	Auxiliar de Contabilidade
977000930	Edlayne Da Silva Cravo	Auxiliar de Contabilidade
977000983	Renata Luisa De Oliveira Borges	Auxiliar de Contabilidade
977001032	Rodrigo Geraldo De Oliveira	Auxiliar de Contabilidade
977001105	Makalyster Miranda De Freitas	Auxiliar de Contabilidade
977001235	Ana Carolina Lopes Teixeira	Auxiliar de Contabilidade
977001288	Wélison Rodrigues Leal	Auxiliar de Contabilidade
977001330	Danielle Pedrosa	Auxiliar de Contabilidade
977001546	Deividy Leon Cunha Santos	Auxiliar de Contabilidade
977001722	Ismael Martins Landim	Auxiliar de Contabilidade
977001725	Álvaro De Aquino Santos	Auxiliar de Contabilidade
977001897	Mateus Henrique Do Carmo	Auxiliar de Contabilidade

977000401	Aline Cristina Sousa Da Rocha	Auxiliar de Serviços
977001734	Deysiane De Fátima Anselmo	Auxiliar de Serviços
977000061	Marcelle Rodrigues Teixeira Silva	Contador
977000135	Jean Mesquita De Lima	Contador
977000625	Andreia Marcena Cardoso	Contador
977000683	Cíntia Siqueira Araújo Soares	Contador
977000888	Gislaine Caetano De Faria	Contador
977000913	Márcia Lima Vieira	Contador
977001365	Fabiula Fernandes Meneses	Contador
977001866	Bruna Freitas Melo	Contador

## II DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

**Cargo: Advogado da Mesa Diretora**

**Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA**

**Questão: 06**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal sustenta que há entendimento jurisprudencial no sentido de alteração do foro de competência, contudo a questão pede que se aponte qual é, em regra, o foro, conforme previsão expressa no Código de Processo Civil. Recurso improcedente. Gabarito preliminar mantido e confirmado.

Fonte: Código de Processo Civil

**Questão: 10**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal sustenta que a questão não oferece resposta, contudo, a prescrição somente inicia seu curso no instante em que nasce a própria pretensão, em sentido material, para o suposto titular do direito. Em outras palavras, o critério *actio nata* determina que, antes do diploma instituidor de um direito, não há como se falar em início do lapso prescricional em face daquele direito. O enunciado pede que se identifique a afirmativa compatível com o conceito de *actio nata* e não com as hipóteses jurisprudenciais de relativização do referido critério. Assim, a assertiva “A” é verdadeira. A assertiva “B” é falsa, pois um diploma legal instituidor de uma anistia, por exemplo, pode ocorrer a qualquer tempo, tendo sua aplicabilidade iniciada na data de seu início de vigência. A assertiva “C” é falsa, pois mescla os conceitos de decadência e prescrição. A assertiva “D” é falsa, pois afirma não se aplicar o critério da *actio nata* no Direito do Trabalho, a exemplo, a Lei n. 8.632/1993 concedeu anistia a dirigentes sindicais dispensados após 5.10.1988. A *actio nata* inicia-se na data do diploma instituidor do direito (a lei) e não da data em que houve a dispensa propriamente. Recurso improcedente. Gabarito preliminar mantido e confirmado.

Fonte: DELGADO, Maurício Godinho. CURSO DE DIREITO DO TRABALHO. São Paulo: LTR, 2019, 18ed.

**Questão: 14**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Apesar de as razões recursais considerarem que a questão tinha um grau de dificuldade superior, seu conteúdo

foi bem entendido pelos candidatos.

Resposta à questão divulgada: “O sucessor tem responsabilidade integral, tanto pelos eventuais tributos devidos quanto pela multa decorrente, seja ela de caráter moratório ou punitivo” está correta e tem amparo na lei e na jurisprudência superior do país. Não houve erro algum na divulgação do gabarito. Recursos IMPROCEDENTES.

Fontes:

- Artigos 113 § 1º e 135 III ambos do CTN
- AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.321.958 - RS

### **Questão: 19**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais aduzem que a resposta se fundamenta em jurisprudência e há falta de previsão editalícia para tal cobrança. Sem razão o recurso. Primeiro, o tema está previsto no edital no item: Do Registro de Candidatos. Segundo, o Direito engloba a legislação, doutrina, jurisprudência, de modo que não há como se interpretar a norma legal, fugindo dos entendimentos jurisprudenciais. Terceiro, mesmo que assim não fosse, a resposta pode ser extraída da própria interpretação literal do §7º do art. 11 da Lei 9.504/97 “§ 7º A certidão de quitação eleitoral abrangerá exclusivamente a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, e a apresentação de contas de campanha eleitoral.” Pelo que se percebe, a mera leitura do artigo já seria suficiente para que o candidato respondesse à questão. Ainda sobre o tema, explica a doutrina que “...em junho daquele mesmo ano, o TSE acolheu pedido de reconsideração e revogou o §2º, do art. 52, da mencionada resolução, estando como hipótese de suspensão da quitação eleitoral apenas a não apresentação da prestação de contas”. Por fim, este é o enunciado da Súmula 57 TSE. A apresentação das contas de campanha é suficiente para a obtenção da quitação eleitoral, nos termos da nova redação conferida ao art. 11, § 7º, da Lei nº 9.504/1997, pela Lei nº 12.034/2009.

Fonte: Edital; CASTRO, Edson Resende. Curso de Direito Eleitoral. 10ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2020, p. 186; Súmula 57 TSE.

### **Questão: 32**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal sustenta que a questão não oferece resposta, contudo observe-se que a questão não discute caso concreto de modo que o verbo “deve”, na assertiva “A” refere-se à competência constitucional genérica e não a um pretense juízo de valor de conveniência e oportunidade sobre a análise de previsão legislativa específica. A assertiva “B” por interpretação lógico-jurídica, utiliza a expressão “Estado” na mesma esfera terminológica com que se utiliza “Município”, também grafado em maiúscula, logo, referindo-se ao ente federativo estatal. Na assertiva “C”, a desapropriação cabível em caso de propriedade improdutiva é a reforma agrária e a cabível no caso de emprego de mão de obra escrava, assertiva “D” é a desapropriação confisco. Recurso improcedente. Gabarito preliminar mantido e confirmado.

Fonte: Constituição Federal

### **Questão: 33**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal sustenta que a questão não oferece resposta, contudo a assertiva I é falsa, pois toda empresa pública é autorizada por lei e constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado (art. 37, XXI da CF). A assertiva II é falsa, pois as autarquias adotam o mesmo regime jurídico do respectivo ente federativo, podendo este ser estatutário ou celetista (art, 39, caput da CF restabelecido pela ADI 2135). A assertiva III é verdadeira, pois a caracterização da sociedade de economia mista se dá exatamente pela formação do capital predominante público. A assertiva IV é falsa, pois a empresa pública pode constituir-se em qualquer forma admitida no Direito, inclusive sociedade anônima de capital fechado. Assim, a alternativa “A” é errada, pois a assertiva III é

verdadeira. A alternativa “B” é errada, pois algumas assertivas são falsas. A alternativa “C” está correta, pois a assertiva I é falsa e a III é verdadeira. A alternativa “D” é errada, pois a assertiva II é falsa. Recurso improcedente. Gabarito preliminar mantido e confirmado.

Fonte: Constituição Federal e noções de organização administrativa – prevista em qualquer Manual balizado de Direito Administrativo.

#### **Questão: 36**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal sustenta que o vício de forma essencial é convalidável, no que se equivoca. O elemento forma, atende ao princípio do informalismo ou formalismo moderado, porém o vício convalidável refere-se às hipóteses em que a lei não estabeleceu forma essencial. Assim, a título de exemplo, um vício quanto à forma “processo licitatório”, “processo disciplinar”, “auto de infração” dentre outros é insanável. Recurso improcedente. Gabarito preliminar mantido e confirmado.

Fonte: Lei n. 9.784/99, art. 55 e Manuais balizados de Direito Administrativo.

#### **Questão: 38**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Inicialmente destaca-se que a alienação de bens municipais depende de autorização legislativa e licitação pública, porém existem exceções a tal regra, ou seja, hipóteses em que a licitação pública poderá ser dispensada. Assim, a alternativa “A” se torna incorreta, pois informa que a alienação somente poderá ser feita com a autorização legislativa e licitação pública, não cabendo exceções. Logo, a única alternativa que responde corretamente o comando da questão é a opção “D”, uma vez que a mesma traz a literalidade do art. 24, da Lei Orgânica do Município de Arcos:

Art. 24 – A alienação de bens municipais, subordinada à existência do interesse público, devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá aos seguintes requisitos: I – Quando imóvel, dependerá de autorização legislativa e licitação pública, dispensada esta nos seguintes casos: a) doação, devendo constar obrigatoriamente do contrato, os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão ao patrimônio público municipal, sob pena de nulidade do ato.

Desta forma, ratifica-se o gabarito preliminar.

Fonte: Lei Orgânica do Município de Arcos

## **Cargo: Assistente de Comunicação**

### **Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA**

#### **Questão: 06**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O comando desta questão solicita a identificação do recurso expressivo utilizado pelo autor do texto, no trecho em destaque. Para atender ao comando desta questão, então, deve-se interpretar o trecho do enunciado e perceber que “dourar a pílula” e “guarda-chuva” são expressões conotativas, já que a primeira quer dizer “engrandecer” e a segunda que há vários conceitos parecidos, ou seja, as duas expressões são metafóricas. Entre as alternativas sugeridas para resposta, nota-se que na alternativa B, expressa-se o uso metafórico dessas expressões, ao afirmar que a linguagem do trecho foi utilizada com sentido conotativo (figurado), portanto, essa alternativa atende ao comando desta questão. Por outro lado, a alternativa C, sugere que o autor faz uso de uma figura de linguagem específica, no caso, a ironia, o que não se aplica as expressões destacadas, já quem por definição, diz-se que há ironia quando se fala algo com significado oposto, o que não pode ser observado no trecho em destaque. Sendo assim, apenas a alternativa B atende ao comando desta questão. As demais sugestões de resposta também seriam recursos expressivos possíveis, mas não presentes no trecho em questão.

#### Fontes:

- ANTUNES. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- KOCH; ELIAS. Ler e compreender os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- \_\_\_\_\_. Figuras de retórica. São Paulo: Contexto, 2014.

#### **Questão: 07**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O comando desta questão solicita a identificação da afirmação que melhor explica a finalidade do texto em questão. Para atender ao comando desta questão, deve-se, portanto, analisar o propósito comunicativo do texto sugerido em cada uma das alternativas. Na alternativa A, sugere-se que o texto foi escrito com o propósito de explicar as causas da retração do desenvolvimento da Inteligência Artificial, mas desde o título, os avanços na área de IA são classificados como produtivos, por isso, as pesquisas sobre IA estão num momento promissor, não de retração, como foi sugerido. Na alternativa B, sugere-se que o propósito é descrever o funcionamento inteligente de ferramentas de busca e de localização. Porém, de acordo com o texto, essas ferramentas ainda são usadas sem a IA, por isto, ainda não são inteligentes. Na alternativa C, sugere-se que o propósito é argumentar sobre o futuro promissor da IA, no entanto, quanto ao futuro, o autor deixa claro que ele é incerto, mas há os que acreditam que o desenvolvimento da IA pode passar por um período de menor desenvolvimento. Na alternativa D, sugere-se que o propósito é esclarecer que algumas ferramentas classificadas como IA ainda não usam todo o potencial desse sistema. Isso está de acordo com o texto, já que o autor defende a tese de que “grudamos o rótulo de IA em muitas coisas que seriam, apenas, sofisticada tecnologia”. Sendo assim, apenas a alternativa D atende ao comando desta questão.

#### Fontes:

- ANTUNES. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- KOCH; ELIAS. Ler e compreender os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. Para entender o texto: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

#### **Questão: 08**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar o que se afirma em I, II e III. Em I, afirma-se que há incorreção gramatical em dois trechos do texto. Nota-se que os termos “IA” e “capacidade” funcionam como complemento nominal e são antecidos de preposição, a qual se funde com o artigo, resultando na crase, portanto, há um desvio da gramática normativa na redação dos dois trechos. No trecho II, afirma-se que as palavras destacadas nestes dois trechos do texto “o mesmo se pode dizer” e “se previsões alarmantes” desempenham a mesma função sintática, entretanto, nota-se que no primeiro caso se trata de um pronome e, no segundo, de uma conjunção condicional. Em III, afirma-se que os dois pontos deste trecho “A história da IA começa nos anos 60 e apresenta uma ciclotimia: passa-se de momentos de euforia para momentos de retração [...]” pode ser substituído por “ou seja” sem prejuízo semântico. Nota-se que a informação posterior aos dois pontos explica o termo “ciclotimia”, sendo assim, a substituição implica manutenção do sentido original. Então, o que se afirma em I e em III está correto e apenas a alternativa D atende ao comando desta questão.

#### Fontes:

- CEGALLA. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

#### **Questão: 31**

##### **Recurso Procedente. Gabarito alterado para a alternativa B.**

Conforme o Art. 222 da Constituição Federal de 1988, “a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão

sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País”. Assim, está correta a alternativa B.

Fonte: Art. 222 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

**Questão: 33**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Uma reportagem, no telejornalismo, pode ser elaborada no formato de minidocumentário, de modo que o criador da matéria deve trabalhar em íntima associação com o repórter cinematográfico para identificar e sustentar a linha narrativa. Constituem soluções comumente utilizadas com esse propósito: fazer da própria reportagem uma aventura narrada passo a passo; localizar um personagem ou objeto e contar a história a partir da perspectiva dele; tomar um ou mais depoimentos e, selecionando trechos significativos, relacioná-los às imagens. Assim, está correta a alternativa A.

Fonte: LAGE, N. Teoria e técnica do texto jornalístico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p.172-173.

**Questão: 36**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Endomarketing é um processo que visa adequar a empresa ao mercado, tornando-a mais competitiva. Sendo a motivação um dos seus principais objetivos, é necessário considerar os seguintes instrumentos para sua boa gestão: estímulos à iniciativa e à criatividade; delegação de poderes de acordo com a natureza da função exercida; envolvimento dos colaboradores no planejamento e na tomada de decisões. Assim, como somente a primeira e a terceira afirmações são verdadeiras, está correta a alternativa C.

Fonte: SEBASTIÃO, S. P. Comunicação estratégica: as relações públicas. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Políticas e Sociais, 2009, p. 96.

**Questão: 40**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sobre o comportamento consumidor de crianças conforme a sua faixa etária, dos 0 a 2 anos há mais rejeição do que solicitação sobre brinquedos e comidas; dos 2 aos 4 anos, ocorrem as primeiras solicitações em relação a roupas e livros; dos 9 aos 11 anos nota-se o surgimento de desejos por produtos para adultos; dos 12 aos 14 anos, o foco sobre um número reduzido de centros de interesse. Assim, está correta a alternativa C.

Fonte: KARSAKLIAN, E. Comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2012, p. 241.

**Cargo: Auxiliar de Contabilidade**

**Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA**

**Questão: 01**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As palavras “históricos” (1º§) e “significados” (3º§) não são constituídas por dígrafo que representa vogal nasal, ao contrário do que ocorre com o termo “espanto” (2º§), que é formado pelo dígrafo “an”, foneticamente representado por “ã”. Assim, está correta a alternativa A.

Fonte: CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 31.

**Questão: 02**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As palavras conceito (1º§), primeira (1º§) e infância (4º§) são classificadas como trissílabas, haja vista que sua separação silábica é feita, respectivamente, da seguinte forma: con-cei-to; pri-mei-ra; in-fân-cia. Nos dois

primeiros casos, tem-se um ditongo na penúltima sílaba, enquanto no terceiro há um ditongo na última sílaba. Conforme Cegalla (2010, p. 36), “*não se separam letras que representam ditongos*”. Assim, está correta a alternativa A.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 36.

#### **Questão: 05**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o texto, “*Quando os adultos tentam apagar o corpo das crianças, criam um grande problema para as crianças. E para si mesmos. É um fato que as crianças têm sexualidade*”. Assim, está correta a alternativa B. Conforme o texto, “*Como é sabido, a infância não é algo que tenha existido desde sempre. Crianças sempre existiram, obviamente, mas o que entendemos por infância é um conceito recente em termos históricos*”. Assim, está incorreta a alternativa A. Conforme o texto, “*É comum pessoas que visitam povos indígenas ou comunidades ribeirinhas da Amazônia se espantarem com a diferença do que é ser uma criança para esses povos e comunidades*”. Assim, está incorreta a alternativa D. Conforme o texto, “*Qualquer pessoa que tenha filhos saudáveis ou acompanhe crianças pequenas próximas sabe que elas se tocam e descobrem que seus pequenos corpos podem lhes dar prazer*”. Assim, está incorreta a alternativa C.

Fonte: PLATÃO, F; FIORIN, J. L. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2007, p. 35-37.

#### **Questão: 06**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No excerto “*meninos e meninas têm prazer com seu próprio corpo, têm um corpo que se experimenta*” (5º§), se o fragmento “*meninos e meninas*” fosse substituído por “*uma criança*”, ele ficaria assim: “*uma criança tem prazer com seu próprio corpo, tem um corpo que se experimenta*”. Assim, duas outras palavras (ou seja, sem incluir na contagem as que fazem parte da alteração proposta pelo enunciado) precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal, estando correta a alternativa B.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 438-472.

#### **Questão: 07**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Da oração “*A infância foi inventada pela sociedade ocidental*” (4º§), o conteúdo sublinhado é seu agente da passiva, pois é o complemento de um verbo na voz passiva, representando o ser que pratica a ação expressa pelo verbo passivo. Lembrando que a voz passiva é constituída pelo verbo auxiliar “*ser*” devidamente conjugado, seguido do particípio do verbo principal, no caso, “*inventada*”. Assim, está correta a alternativa C.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 220 e 355.

#### **Questão: 09**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o dicionário Aulete, as palavras “*ideológica*” e “*saudáveis*” são adjetivos, enquanto “*problema*” e “*sexualidade*” são substantivos. O fato de o termo “*sexualidade*” constar duas vezes no texto não modifica sua classe gramatical em nenhuma delas. Assim, a sequência está correta na alternativa D.

Fonte: Verificar verbetes em [www.aulete.com.br](http://www.aulete.com.br).

#### **Questão: 11**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Por padrão, o menu Iniciar exibe apenas o Explorador de Arquivos e a janela Configurações; é preciso ativar quaisquer outras pastas ou janelas específicas desejadas.

Fonte: LAMBERT, Joan; LAMBERT, Steve. – *Windows 10 passo a passo* – Porto Alegre: Bookman, 2016. – Pág.: 54

**Questão: 12****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

São quatro tamanhos possíveis em dois formatos. Os blocos podem ser quadrados ou retangulares, e podem ser de quatro tamanhos: Pequeno, Médio, Grande e Largo.

Fonte: LAMBERT, Joan; LAMBERT, Steve. – Windows 10 passo a passo – Porto Alegre: Bookman, 2016. – Pág.: 57

**Questão: 13****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na linha de comandos do MS-DOS, o comando FDISK exibe o menu para criar, ativar, deletar e exibir partições.

Fonte: MSDOS/Lista de comandos – Disponível em: <[https://pt.wikibooks.org/wiki/MS-DOS/Lista\\_de\\_comandos](https://pt.wikibooks.org/wiki/MS-DOS/Lista_de_comandos)> - Acesso em: 23 Julho 2019.

**Questão: 18****Recurso Procedente. Questão anulada.**

O recurso é PROCEDENTE, uma vez que há duas opções de respostas incorretas: alternativa C), “O Acordo de Cartagena tem como principal objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa para limitar o aumento médio de temperatura global a 2°C, quando comparado a níveis pré-industriais”. O correto seria afirmar que o Acordo de Paris firmado em dezembro de 2015 por 195 países, que representa o maior compromisso que a humanidade já assumiu com o ambiente. A meta é uma só: manter a temperatura média da Terra até 2°C a. alternativa A), “No início da Revolução Industrial, ocorreu o aumento da concentração do dióxido de carbono em decorrência das grandes quantidades de carvão mineral e petróleo como fontes de energia”. O correto seria afirmar que o petróleo foi utilizado apenas na Segunda Revolução Industrial, a qual teve início na segunda metade do século XIX, ou seja, o petróleo passou a ser utilizado como fonte de energia aproximadamente um século depois de iniciada a Revolução Industrial.

Fontes:

- Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/qual-o-papel-do-brasil-no-acordo-de-paris/>
- Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/petroleo-2.htm>

**Questão: 21****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisadas as razões recursais, verificou-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque o enunciado da questão é claro em solicitar a correta relação entre os tipos de Reuniões da Câmara Municipal e suas definições e finalidades, à luz do estabelecido no Regimento Interno da Câmara Municipal de Arcos – Resolução nº 884/2018.

Assim dispõe o artigo 89 da referida Resolução:

“Art. 89. As Reuniões da Câmara Municipal são:

I - ordinárias, as que se realizam nos dias úteis, durante o período da sessão legislativa, independentemente de convocação;

II - extraordinárias, as que se realizam em horário ou dia diversos dos fixados para as ordinárias;

III - **especiais, as que se realizam para comemorações, homenagens, ou ainda para a exposição de assuntos de relevante interesse público;**

IV - solenes, as de instalação e encerramento de Sessão Legislativa e de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito.

§ 1º As reuniões solenes e as especiais são realizadas com a presença de qualquer número de Vereadores.

§ 2º As reuniões especiais são convocadas de ofício pelo Presidente ou a requerimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, salvo disposição contrária desse Regimento.

§ 3º A reunião extraordinária será convocada com antecedência mínima de 2 (dois) dias e nela não se tratará de assunto estranho à convocação, sendo vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

§ 4º O Presidente dará ciência da convocação aos Vereadores por meio de comunicado pessoal, escrito e

eletrônico, acrescido de editais em todos os painéis nas dependências da Câmara Municipal.” (grifo nosso)  
Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Regimento interno da Câmara Municipal de Arcos - Resolução nº 884/2018. Disponível em: <http://www.camaraarcos.mg.gov.br/legislacao/regimento-interno-da-camara-municipal-de-arcos-resolucao-n-8842018>

#### **Questão: 27**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Expressamente previsto no art. 2º da Lei nº. 4320/64, Princípio da Unidade refletia a necessidade do Estado ter apenas uma única peça de orçamento: “Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade”.

A questão 27 apresenta o seguinte comando: “Tendo em vista os Princípios Orçamentários, especificamente sobre o **Princípio da Unidade ou Totalidade**, é correto afirmar que”:

As alternativas de resposta e as respectivas análises são:

A) **Incorreto** - Previsto pelo art. 6º da Lei nº 4.320/ 1964, obriga registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções = **ORÇAMENTO BRUTO**.

B) **Gabarito** - Previsto, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA) = **UNIDADE OU TOTALIDADE**.

C) **Incorreto** - Previsto no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei = **EXCLUSIVIDADE**.

D) **Incorreto** - Previsto expressamente no caput do art. 2º da Lei nº 4.320/ 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público = **UNIVERSALIDADE**.

Portanto, em atendimento à solicitação da questão a resposta correta corresponde à **alternativa B**.

Fonte: BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. **Manual de Contabilidade aplicada ao setor público**. Parte Geral. 8. ed. Brasília, 2018, p. 29.

#### **Questão: 28**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“De acordo com o Regime de Competência de Exercícios, as receitas e as despesas são consideradas em função do seu fato gerador e não em função do recebimento da receita ou pagamento da despesa [...] Difere pois do regime de caixa, em que são consideradas receitas e despesas do exercício as que efetivamente são recebidas e pagas dentro do período” (EQUIPE DE PROFESSORES FEA/USP, 2019, p. 74).

O resultado do exercício é obtido a partir do confronto entre receitas e despesas, ou seja, da diferença entre as receitas e despesas, o qual pode ser positivo (lucro), negativo (prejuízo) ou nulo (receitas = despesas).

A questão 28 apresenta o seguinte comando: “ [...] o resultado da empresa em fevereiro de 2020 pelo regime de competência e pelo regime de caixa serão, respectivamente, de:”

Com os dados apresentados no enunciado temos a seguinte resolução:

Histórico	Regime de Competência	Regime de Caixa
Venda de mercadorias a prazo (em fev/2020)	10.000,00	-
Recebimento de clientes (vendas realizadas em dez/2019 e jan/2020)	-	15.000,00
Despesas Incorridas (em fev/2020)	- 7.600,00	-
Pagamento de Contas a Pagar (despesas incorridas em jan/2020)	-	- 9.800,00
<b>Resultado</b>	<b>2.400,00</b>	<b>5.200,00</b>

Portanto, em atendimento à solicitação da questão a resposta correta corresponde à **alternativa B**.

Fonte: EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/US. **Contabilidade introdutória**. 12. ed. Brasília, 2019, p. 74.

### Questão: 31

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão 31 apresenta o seguinte comando: “Não se admitirão emendas ao Projeto de Lei de Orçamento que visem a, **EXCETO**”:

As alternativas de resposta e as respectivas análises são:

A) **Incorreto** - conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes. (LEI 4.320/64, ART. 33, ALÍNEA B)

B) **Incorreto** - conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado. (LEI 4.320/64, ART. 33, ALÍNEA C)

C) **Gabarito** - alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, ainda quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta. (LEI 4.320/64, ART. 33, ALÍNEA A – não está em conformidade)

D) **Incorreto** - conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções (LEI 4.320/64, ART. 33, ALÍNEA D).

Conforme disposto na Lei nº. 4.320/64:

“Art. 33. Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a: a) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta; [...]

Conforme verifica-se a resposta correta da questão é a alternativa C), e, portanto, a questão e o gabarito foram mantidos.

Fonte: EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/US. **Contabilidade introdutória**. 12. ed. Brasília, 2019, p. 74.

### Questão: 32

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O conteúdo programático “Orçamento” Público envolve seu conceito e utilização, que vêm evoluindo de acordo com o período e a sociedade. O orçamento público é caracterizado por possuir uma multiplicidade de aspectos e seu conceito tem sofrido mudanças ao longo do tempo, em decorrência da evolução de suas funções, hoje diversas daquelas que o distinguiam no passado (GIACOMONI, 2010, p. 58).

Dessa forma, o conteúdo está em consonância com o previsto no edital.

A conceituação dos tipos ou técnicas orçamentárias difere em termos de apresentação por diferentes autores. Orçamento participativo é um mecanismo governamental de democracia participativa em que permite a participação da sociedade na discussão e decisão sobre o orçamento público (SILVA, 2013; MOTA, 2009). “O orçamento participativo é um importante instrumento de participação do cidadão na gestão pública. Os orçamentos e planejamentos participativos podem ser implementados através de integração da sociedade civil no processo de discussão, acompanhamento e decisões dos planos e programas de governo (CARVALHO, 2007, p. 17).

Assim, o que denota o conceito é que a sociedade participa da formulação, discussão e decisão sobre o conteúdo do orçamento, mas, as sugestões necessariamente não têm que ser acatadas, pois o que acontece o

chamamento da população para, junto ao Poder Executivo, estabelecer as prioridades do Orçamento, mas a competência deste e do Poder Executivo para apresentar e aprovar o projeto não são usurpadas.

O Orçamento de Base Zero é processo operacional de planejamento e orçamento, que exige de cada administrador detalhar os recursos solicitados o que justificará cada uma das despesas e torna o planejamento e orçamento possíveis (SILVA, 2013; MOTA, 2009). “Orçamento Base Zero é um processo operacional de planejamento e orçamento que exige de cada administrador a fundamentação da necessidade dos recursos solicitados, e em detalhes lhe transfere o ônus da prova, a fim de que ele justifique a despesa” (KOHAMA, 2016, p. 61).

Os autores apresentam de forma diferente o conceito, entretanto, a vírgula aqui aponta para a explicação da consequência de uma ação: Detalhar – ação que justificará o detalhamento dos recursos públicos.

Nesse sentido, não se verifica possibilidade de entendimento equivocado ou falta de palavras na sentença.

Conforme verifica-se não houve utilização de conteúdo programático não previsto no edital; sendo a RESPOSTA CORRETA da questão a alternativa B).

Fontes:

- CARVALHO, D. **Orçamento e Contabilidade Pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MOTA, F. G. L. **Contabilidade aplicada ao setor público**. 1. ed. Brasília, 2009.
- SILVA, V. L. **A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2013.

### **Questão: 33**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O conteúdo programático trata de: Contabilidade Pública; Orçamento Público, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamentos Anuais e Princípios Orçamentários; Despesa Pública; Licitação; Empenho; Rotinas administrativas; Redação Oficial.

Tais conteúdos tem como base principal as legislações a eles pertinentes: Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; Constituição Federal de 1988.

Em algum momento, alguns de tais institutos legais foram utilizadas como referência no enunciado, para direcionar os examinandos sobre qual assunto era tratado e, sendo os conteúdos dos mesmos constantes do edital, seu conhecimento é essencial para realização do exame. Ressalta-se que não necessariamente é obrigatório que se domine a lei, mas sim que se conheça seu conteúdo e prescrições por meio de literatura ou manuais específicos.

Portanto, diante do exposto, a questão e o gabarito foram mantidos.

Fontes:

- BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de Contabilidade aplicada ao setor público. 8. ed. Brasília, 2018.
- BRASIL. Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- BRASIL. Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.
- BRASIL. Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988.
- BRASIL. Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

### **Questão: 35**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Arquivo é toda coleção de documentos conservados, visando a utilidade que poderão oferecer futuramente, é um depósito de documentos e papéis de qualquer espécie, tendo sempre relação com os direitos da instituição

(PAES, 2008).

Arquivar tem os objetivos de preservar a memória técnico-administrativa; assegurar o acesso à documentação possibilitando velocidade de respostas às solicitações; assimilação de maior número e qualidade de informações. E para que tais objetivos sejam alcançados há técnicas específicas de arquivamento, advinda da área de estudos própria do tema.

Conforme Medeiros e Hernandez (2010), a organização do arquivo precisa ser feita de tal forma que proporcione condições de: a) Segurança: o arquivo deve apresentar condições mínimas de segurança, incluindo-se medidas de prevenção contra incêndio, extravio, roubo e deterioração; b) Precisão: o arquivo deve oferecer garantia de precisão na consulta a documentos; c) Simplicidade: o arquivo precisa ser simples e de fácil compreensão; d) Flexibilidade: o arquivo deve acompanhar o desenvolvimento ou crescimento da empresa, ajustando-se ao aumento de volume; e) Acesso: o arquivo deve oferecer condições de consulta imediata.

De acordo com Castiglioni (2016), os arquivos devem ser organizados de forma a permitir que, em sua ausência, outros funcionários encontrem facilmente os documentos, então devem ser armazenados com: a) Segurança: os documentos arquivados são de extrema importância, em virtude disso, os cuidados a serem tomados contra incêndio, roubo, extravio e deterioração, devem ser prioritários; b) Precisão: os documentos deverão ser de fácil acesso, ou seja, arquivados de forma que possam ser localizados com precisão; e, c) Simplicidade: o arquivo deve ser compreendido por todos, pois o mesmo não se resume em guardar documentos, e sim, uma fonte de informação que tem como pretensão atender a todos.

Nesse sentido, o processo de arquivamento é uma atividade específica, com técnicas e expressões próprias, não podendo ser reduzida apenas à sinônimos ou a conjunto de documentos.

Conforme verifica-se não houve equívoco na divulgação do gabarito, sendo a RESPOSTA CORRETA da questão a alternativa C.

Fonte:

CASTIGLIONI, J. A. M. **Assistente administrativo**. São Paulo: Érica, 2016.

MEDEIROS, J. b.; HERNANDES, S. **Manual da secretária**. 12. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2008.

## Cargo: Auxiliar de Serviços

**Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA**

**Questão: 20**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Cada dia de exposição terá duração de 12 h e 20 min (19 h 40min – 7 h 20 min). Logo, multiplicando-se por 7 dias, fica:

$(12 \text{ h e } 20 \text{ min}) \times 7 = 84 \text{ horas e } 140 \text{ minutos} = 84 \text{ horas} + 2 \text{ horas} + 20 \text{ minutos} = 86 \text{ horas e } 20 \text{ minutos}$

Conforme gabarito preliminar.

## Cargo: Contador

**Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA**

**Questão: 09**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para atender ao comando desta questão, deve-se analisar cada uma das substituições sugeridas e verificar aquela que implica alteração de sentido no trecho em destaque. Na alternativa A, a substituição de “assim” por “no entanto” implicaria alteração de sentido, porque “assim” explicita uma conclusão e não uma oposição, portanto, esta alternativa atende ao comando desta questão. Por outro lado, na alternativa B, a substituição de “mas” por “ainda assim” não implicaria alteração de sentido, já que ambas explicitam uma oposição. Na

alternativa C, a palavra “como” foi usada para introduzir uma conformidade, por isso a substituição por “conforme” não implicaria alteração de sentido. Na alternativa D sugere-se a substituição de “aliás” por “além disso”. Essa substituição também não implica prejuízo semântico, já que a informação introduzida pela palavra destacada estabelece uma relação de adição com a informação anterior. Sendo assim, apenas a alternativa A atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora Parábola, 2010.
- KOCH; ELIAS. Ler e compreender os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- FERREIRA, M. Aprender e praticar gramática. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

**Questão: 13**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não foram encontrados elementos que inviabilizam a questão, sendo que o conteúdo apresentado na questão, está dentro do programado.

O bit é a menor unidade de medida de dados digitais, e significa binary digit, ou dígito binário, em português, e pode ser o número 1 ou o número 0.

Fonte: TORRES, G. Hardware – Versão Revisada e Atualizada – Rio de Janeiro: Novaterra Editora Distribuidora Ltda., 2014 - pág. 455

**Questão: 21**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais aduzem que “a questão traz ambiguidade na questão da indenização. A palavra indenização poderia se referir tanto João quanto Maria, causando ambiguidade na questão”, contudo, não merecem prosperar, pois não há qualquer possibilidade de ambiguidade na sentença trazida pela alternativa B, vejamos: “*João será conduzido ao cargo de Maria, com direito a ser indenizado*”, a palavra “indenizado” está no singular e variando no gênero masculino, de modo a referir-se tão somente à João. Ademais, ainda que assim não fosse, a alternativa continuaria incorreta, já que no caso em tela João não seria conduzido ao cargo de Maria, mas sim para o cargo outrora ocupado por ele, conforme dispõe o §2º do art. 84 da Lei Orgânica do Município de Arcos  
Fonte: Lei nº 1256/90 – Lei Orgânica do Município de Arcos.

**Questão: 22**

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a alternativa C.**

As razões recursais merecem prosperar, pois desde que o afastamento de Jairo não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa, ele não perderá seu mandato, conforme dispõe o art. 111, a saber:

“Art. 111. Não perderá o mandato o Vereador:

(...)

III – licenciado, sem remuneração, pela Câmara Municipal para tratar de assuntos de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.”

Fonte: Lei nº 1256/90 – Lei Orgânica do Município de Arcos.

**Questão: 31**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão refere-se à NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, ou seja, trata-se de uma importante norma da contabilidade que se relaciona ao estudo e avaliação de ativos e passivos. Portanto, contemplada pelo edital.

De acordo com o item 33 da dita norma, cita-se:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Portanto, as lacunas do enunciado da questão são corretamente preenchidas pelos seguintes termos:

**Reconhecidos/resultado/ganho/contingente.** Portanto, a resposta correta é a **Letra D.**

Fonte: Item 33 da NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**Questão: 33****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão refere-se à NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, ou seja, trata-se de uma importante norma da contabilidade que se relaciona ao estudo e avaliação de ativos e passivos. Portanto, contemplada pelo edital.

De acordo com o item 63 da dita norma, o fato de o arrendamento ser arrendamento financeiro ou arrendamento operacional depende da essência da transação, em vez da forma do contrato. A seguir, exemplos de situações que, individualmente ou em combinação, normalmente levariam o arrendamento a ser classificado como arrendamento financeiro:

- o arrendamento transfere a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao final do prazo do arrendamento;
- o arrendatário tem a opção de comprar o ativo subjacente a preço que se espera que seja suficientemente mais baixo do que o valor justo na data em que a opção se tornar exercível, para que seja razoavelmente certo, na data de celebração do arrendamento, que a opção será exercida;
- o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo se a propriedade não for transferida;
- na data da celebração do arrendamento, o valor presente dos recebimentos do arrendamento equivale substancialmente à totalidade do valor justo do ativo subjacente; e
- o ativo subjacente é de natureza tão especializada que somente o arrendatário pode usá-lo sem modificações importantes.

Com base no exposto, a resposta é letra **B) O arrendamento que não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.**

Fonte: Item 63 da NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos.

**Questão: 39****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão refere-se à NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente, ou seja, trata-se de uma importante norma da contabilidade que se relaciona ao estudo e avaliação de ativos e passivos. Portanto, contemplada pelo edital. Para a aplicação dessa norma, é importante considerar a utilização de cálculos financeiros.

Para obtenção da resposta correta, o valor da parcela deve ser dividido, no primeiro ano, por 1,02 (2 dividido por cem, somado à 1). O resultado obtido será de R\$ 67.401,96. Para o segundo ano, divide-se o valor da parcela obtida anteriormente de R\$ 67.401,96 por 1,02 novamente, e assim, sucessivamente. Observe a memória abaixo:

Ano	Prestação	(2 ÷ 100) + 1	Resultado
01	68.750,00	1,02	67.401,96
02	68.750,00	1,02	66.080,35
03	68.750,00	1,02	64.784,66
04	68.750,00	1,02	63.514,37
05	68.750,00	1,02	62.268,99
06	68.750,00	1,02	61.048,03
07	68.750,00	1,02	59.851,01
08	68.750,00	1,02	58.677,46
	550.000,00		503.626,85

O valor de R\$ 550.000,00 menos R\$ 503.626,85, obtém-se um resultado financeiro de R\$ 46.373,15. Portanto, a resposta correta é letra **B) R\$ 503.626,85; R\$ 46.373,15.**

Fontes:

- NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente.
- Viceconti, Paulo; Neves, Silvério. Contabilidade Avançada e análise das demonstrações financeiras. 17. ed. rev. – São Paulo: Saraiva, 2013.

**III**  
**DAS CONCLUSÕES**

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

24 de novembro de 2020

**INSTITUTO CONSULPLAN**